

ATA DO DIA 22 DE AGOSTO DE 2023

1ª Reunião Ordinária da

Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às 14h, no auditório do Anexo I localizado na Esplanada dos Ministérios Bloco L - Ministério da Educação, reuniram-se os membros da CNEBS (Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos), para a primeira reunião ordinária, a fim de tratar assuntos concernentes à Educação Bilíngue de Surdos. Passando a ordem do dia ao Diretor, senhor Falk Soares Ramos Moreira, presidente da comissão dessa primeira gestão juntamente com as Coordenadoras- Gerais, Mariana de Lima Isaac Leandro Campos e Marisa Dias Lima foi realizada a apresentação da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos e suas ações atuais para os novos membros conhecerem e acompanharem as propostas de trabalho da atual gestão e se alinharem para construção da Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos. Às quinze horas e dezenove minutos, iniciou-se a discussão/diálogo – apresentação de problemas e propostas de temas relacionados à educação bilíngue de surdos com a mediação de Marisa Dias Lima e Mariana de Lima Isaac Leandro Campos. Os membros apontaram diferentes problemas, que descrevemos a seguir. Katia Pinheiro, representante da região do Nordeste da Feneis, apontou a preocupação com a diminuição do número de matrículas de estudantes surdos, isto é a evasão escolar, e questionou como evitar isso e garantir a permanência deles em escolas bilíngues de surdos ou em classes bilíngues, pois os alunos têm se matriculado em escolas inclusivas perto de suas residências. Além disso, a participante também falou sobre a falta de uma escola que ofereça educação em tempo integral para surdos; o aumento do número de surdos no EJA e a falta de gestão específica para atuação na área da Educação Bilíngue de Surdos nos municípios e estados. Também foi apontado que, das 14 avaliações do Brasil apenas o ENEM é em Libras - por exemplo, ENADE e ANA não têm acessibilidade na Língua Brasileira de Sinais. A participante ressaltou que falta um especialista na área de Libras dentro do INEP. Em seguida, a representante da região do Norte da Feneis, Pamela Matos, apontou a falta de incentivo da língua de sinais do campo e que a educação está travada nos campos e cidades do interior, pois os professores não possuem fluência em Libras e não têm formação adequada para trabalhar com surdos do campo, não há metodologia específica para surdos do campo que é diferente para alunos surdos dos centros urbanos devido às suas especificidades. Assim, esses alunos são prejudicados na aprendizagem, pois os professores não sabem língua de sinais, apenas a oferta do AEE é insuficiente. A próxima participante, Sueli Fernandes, representante da ABRALIN, abordou os seguintes assuntos: o não reconhecimento da educação bilíngue de surdos como modalidade de ensino, desvinculada da Educação Especial; a falta de diretrizes da Educação Bilíngue de Surdos que impossibilita a efetivação da Política e ações da Educação Bilíngue de Surdos; o entendimento de outros membros do CONAE 2014,

que consideravam que a proposta da educação bilíngue de surdos é segregadora - a Feneis articulou com o relator do PNE e inseriu no relatório o anseio dos surdos por escolas bilíngues; a falta de compreensão de gestores com relação ao conceito de educação bilíngue de surdos em escolas bilíngues; a falta de foco na infância surda tendo a Libras como primeira língua, pois sem isso não há educação bilíngue. Após essas considerações, a participante Ana Regina Campelo, representante da CIACS, falou sobre a falta de articulação com os conselhos municipais e estaduais; a falta de orientação aos gestores para articulação com os conselhos, a prefeitura e as Seducs; e a falta de parcerias/convênios e incentivos da Arte nas escolas. Eulália, representante da ABRASC, apontou a falta de formação para profissionais Guia-Intérpretes de Libras para surdocegos e a falta de políticas públicas para melhorar a qualidade de ensino para surdocegos. Carla Brum, representante da ACAS, apontou a inadequação da avaliação do ENCEJA, que não possibilita equidade para surdos devido a questões linguísticas e à falta de avaliadores especialistas da língua portuguesa como segunda língua na redação de surdos. Além disso, falou sobre a falta de cursos técnicos bilíngues, como o IFSC bilíngue de Palhoça-SC, em outros estados e a falta de bolsas para que alunos surdos possam permanecer nas escolas. Flaviane Reis, representante da região sudeste da Feneis, apontou o risco da obrigatoriedade da disciplina de Libras na educação básica em escolas públicas, provocando o apagão da educação bilíngue de surdos. Ressaltou, ainda, que há um equívoco de entender que o uso de intérprete de Libras garante a educação bilíngue de surdos (devido à política nacional de educação especial em uma perspectiva da educação inclusiva -2007), mas não é, é preciso fortalecer a educação bilíngue de surdos em uma perspectiva bilíngue e equitativa. A participante falou também sobre a falta de professores surdos e professores ouvintes bilíngues com competência em Libras nas escolas bilíngues de surdos. Falta, também, esclarecimento sobre o perfil/papel do profissional intérprete de Libras em diferentes esferas, pois ele não atua dentro da sala bilíngue de surdos e sim em outros espaços. Outro problema apontado foram os projetos políticos pedagógicos (PPP) para a Educação Bilíngue de Surdos, que estão inadequados - é preciso considerar as especificidades didático-pedagógicas, materiais didáticos bilíngues, entre outros pontos. Não há um modelo / proposta de PPP para que os municípios possam ter ideia de como estruturar a organização escolar da Educação Bilíngue de Surdos. A participante mencionou, ainda, que os dados do IBGE estão inadequados, pois não informa a quantidade de pessoas surdas sinalizantes no Brasil - é necessário fazer esse ajuste. Por fim, Flaviane Reis falou sobre a falta de encaminhamento bilíngue no fluxograma da Triagem Neonatal Auditiva do Ministério da Saúde para garantir a aquisição da Libras como primeira língua; falta de transporte escolar para o público-alvo da Educação Bilíngue de Surdos e agentes que não sabem Libras. O próximo participante, Gabriel Couto, representante da CNJS, apontou que a maioria dos professores da educação bilíngue de surdos são ouvintes e não são fluentes, preferem dar aula em português oral como sua língua de conforto e usam o serviço de interpretação de Libras. Falou, ainda, sobre falta de promoção da Libras nas escolas bilíngues de surdos; falta de representantes de entidades representativas de surdos nas bancas de avaliação para

contratação de professores para atuação nas escolas bilíngues e inadequação no acompanhamento da prática profissional pedagógica desses profissionais; falta de atualização do trabalho dos CAS em uma perspectiva bilíngue. Por fim, o participante abordou preocupado sobre o transporte escolar, pois se for específico para EBS pode ter risco de ter o número reduzido de usuários surdos no transporte e não receberem apoio para o mesmo. Após essas considerações, houve pausa para intervalo com *coffee break* e a reunião voltou às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos para relatos de outros membros. Priscilla Leonor, representante da região do Nordeste da Feneis, apontou a falta de item do cadastro do IBGE para formação em Letras/Libras e a ausência de dados sobre a quantidade de surdos negros, pardos, indígenas. A participante acrescentou a falta da disciplina obrigatória de relações étnico raciais nos currículos da educação bilíngue de surdos conforme a Lei nº 10.639/2005. Madalena Klein, representante da ANPED, apontou a falta de Política linguística da infância surda e que é preciso articular junto com o Ministério da Saúde para parceria e garantia dessa política. A participante falou também sobre a falta de mapeamento das escolas bilíngues de surdos que atendem o PAEBS - no Rio Grande do Sul há 12 escolas bilíngues de surdos e há um município com 1 aluno surdo matriculado, questionou-se onde estariam os demais alunos. Por fim, a participante apontou que há forte evasão escolar e falta fortalecimento linguístico dentro das escolas bilíngues de surdos. Márcia Lima, representante da região sudeste da Feneis, apontou a falta de diretrizes em relação à formação profissional na área da Educação Bilíngue de Surdos tais como perfil, atuação, critérios, entre outros; é preciso fortalecer as diretrizes em relação à formação dos professores de Libras. Falou ainda sobre a falta de formação bilíngue para atuação em outras disciplinas (história, geografia, entre outras) em uma perspectiva bilíngue e sobre a falta de currículo que considere a questão epistemológica dos estudos culturais e antropológicos. Marcelo Amorim, representante da Febrapils, apontou os seguintes assuntos: falta de diretrizes sobre a profissão do Tradutor e Intérprete de Libras (TILS) e Guia-Intérpretes de Libras; falta de esclarecimento sobre o papel/perfil e formação dos TILS para atuação em diferentes áreas; falta de proposta para coordenador de equipe de TILS; importância de se reforçar a diferença entre ensino médio e ensino superior em relação à atuação dos TILS; falta de valorização dos profissionais TILS nas escolas; falta de equidade salarial dos TILS em diferentes esferas; insuficiência de profissionais TILS em diferentes esferas; inexistência de código específico para contratação dos profissionais TILS nas escolas da Educação Básica e Educação Profissional; falta de esclarecimento sobre a diferença do papel do TILS e do professor em sala de aula e da escola. Flávia Lima representante da ACAS, apontou a falta da etapa da Educação Infantil bilíngue que atenda bebês e crianças até 6 anos de idade, que é muito importante para aquisição precoce da Libras. Falou ainda sobre a falta de formação para os professores que atuam em diferentes disciplinas do Ensino Fundamental II, sobre a falta de profissionais de apoio nas escolas bilíngues de surdos e sobre a falta de monitores bilíngues e fluentes em Libras para acompanhar alunos surdos com outras deficiências. Por fim, a participante ressaltou que, além da licenciatura, a disciplina de Libras também deveria ser obrigatória para os demais cursos do ensino

superior. Patrícia Rezende, representante do INES, apontou a falta de avaliação no ENADE para os cursos de graduação de Letras/Libras e de Pedagogia Bilíngue. Destacou que muitos alunos surdos buscam mais o ENCEJA do que o ENEM. Falou também sobre a falta de registro no Data SUS com a quantidade de surdos que fizeram o teste de orelhinha para encaminhamento do implante coclear e próteses auditivas. Não há divulgação da importância da aquisição da Libras (OMS recomenda o uso o quanto antes). A participante destacou, ainda, que houve aumento do número de alunos com deficiências associadas e o número de profissionais para atender esses alunos é insuficiente, falta formação adequada para trabalhar com esse público. Em seguida, Itamá Filho, representante da SESU, apontou que é preciso oferecer bolsas para os profissionais da área da Libras e destacou a falta de cadastro nacional de surdos por CPF. O participante ressaltou, ainda, a necessidade de ter um repositório nacional de boas práticas da Educação Bilíngue de Surdos. Foi sugerida a criação de um programa de apoio à formação superior de professores para atuar na Educação Bilíngue de Surdos com remuneração, como acontece, por exemplo, com o PROLIND da Educação Indígena. Cláudia Sofia Pereira, representante da ABRASC, apontou a falta de documento que esclareça a diferença entre os termos das atuações: a) profissionais TILS, b) Guia-Intérpretes, c) Instrutores mediadores, pois são atuações diferentes. Destacou, ainda a falta de formação para Guia-Intérpretes para atender os surdocegos congênitos. Cássia Sígolo, representante da SBFA, apontou a falta de dados atuais do IBGE em relação aos sujeitos surdos, não está apresentado o grau de surdez, de acordo com laudo médico (se é surdez profunda, moderada, unilateral, entre outros). Há também ausência de dados, no DATA SUS, de surdos que contraíram COVID e de surdos que fizeram teste de orelhinha. A participante abordou ainda a falta de proposta de aquisição precoce da Libras na saúde. Por fim, falou sobre a importância da obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de medicina, pois ela é obrigatória apenas nos cursos de fonoaudiologia. Das 34 instituições de ensino que ofertam medicina, 29 têm a disciplina Libras como optativa, e 3 como obrigatória. É importante essa formação para os profissionais de saúde, para que eles tenham um olhar atento para os surdos e suas singularidades. Alex Ramos, representante da Febrapils, falou sobre a falta de valorização dos profissionais TILS que tem a saúde comprometida devido ao excesso de trabalho sem revezamento na Educação Básica - somente no ensino superior que há revezamento (são 7.500 TILS na Educação Básica). Patrícia Rezende, representante do INES, afirma que o número de bacharéis em Letras/Libras na Educação Básica é menor e questiona quem são os intérpretes de Libras que estão atuando nas escolas e qual a sua formação. A coordenadora Marisa encerra a reunião pedindo a todos para estudarem sobre o que foi discutido durante a tarde para se prepararem para a segunda reunião a ser realizada no dia seguinte, vinte e três de agosto de dois mil e vinte e três no mesmo auditório. Reforçou-se que será realizado um documento dividido em três pilares: acesso, qualidade e permanência em contexto da Educação Bilíngue de Surdos para inserir as discussões de acordo com cada eixo. Marisa reforçou a todos para não esquecerem de enviar o comprovante da passagem aérea para validação das prestações de contas do evento. Nada mais havendo a tratar, foi

encerrada a Assembleia e a Ata vai assinada por mim, Mariana de Lima Isaac Leandro Campos, que secretariei e transcrevi e pelo presidente Falk Soares Ramos Moreira da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos, Brasília/DF, 22 de agosto de 2023.

Mariana de Lima Isaac Leandro Campos

Secretária-Executiva da Comissão

Falk Soares Ramos Moreira

Presidente da Comissão